

Comissão aprova R\$ 17,7 bi para infra-estrutura

O relatório setorial de infra-estrutura da Comissão Mista de Orçamento foi aprovado ontem, envolvendo recursos da ordem de R\$ 17,7 bilhões previstos no projeto de lei orçamentária para investimentos em 1996, a serem aplicados pelos Ministérios das Minas e Energia, das Telecomunicações, e dos Transportes. Os recursos beneficiarão a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Telembrás e o DNER.

Os senadores e deputados federais apresentaram o total de 1.118 emendas, concentrando a quase totalidade (1.032) no setor de transporte. Os recursos globais abrangidos pelas emendas atingiram R\$ 11 bilhões. O relatório destaca não terem sido admitidas emendas destinadas a ações típicas dos estados, Distrito Federal e municípios. Foram consideradas prioritárias as emendas coletivas, apresentadas por comissão permanente ou por bancadas estaduais.

Júnia defende programa para criar emprego

A urgente criação de um programa para gerar empregos e redistribuir a renda no país foi defendida ontem pela senadora Júnia Marise, ao denunciar que a política econômica está quebrando setores produtivos inteiros. Júnia ressaltou que a política de juros elevados e de abertura comercial provoca efeitos dramáticos em Minas Gerais, onde já foram fechadas pelo menos 10 indústrias tradicionais.

Página 4

Fundo de Estabilização é aprovado pela CCJ

Comissão acata parecer de Jäder Barbalho, que considera o FEF um sacrifício necessário à preservação do Plano Real

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem o parecer favorável do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) à proposta de emenda constitucional que institui, pelo período de 18 meses - de 1º de janeiro deste ano até 30 de junho de 97 - o Fundo de Estabilização Fiscal. A matéria depende ainda de deliberação do plenário do Senado.

Jäder esclareceu que, em razão de acordo que fechara com



Jäder e Iris, na reunião da CCJ

o ministro da Fazenda, Pedro Malan, abriu mão da sua emenda que mudava o início da data de vigência do FEF. Malan aceitou parcelar em 10 vezes o

total de R\$ 60 milhões que os estados e municípios terão de devolver à União.

Jäder, que rejeitou em seu parecer emendas dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Freitas Neto (PFL-PI), admitiu que o FEF sacrifica os estados e municípios, mas considera este sacrifício necessário para preservar o Plano Real. Ademir comunicou que representará suas duas emendas quando da discussão da proposta em plenário. Para ele, a matéria é inconstitucional, porque ignora o princípio federativo.

CAE mantém pipeline no projeto de patentes

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) decidiu ontem, por 18 votos a 7, manter o *pipeline* no projeto de Lei de Patentes, confirmando o parecer contrário do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) a emenda de plenário que recusava a adoção desse instituto.

A supressão do *pipeline* constava na emenda de autoria da senadora Júnia Marise (PDT-MG) e dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Freire (PPS-PE). O destaque à emenda, para votação em separado, foi apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o *pipeline* foi rejeitado. Caberá



A Comissão aprova o parecer de Fernando Bezerra

agora ao plenário do Senado decidir sobre a questão.

Ao defender seu parecer, Fernando Bezerra negou que o *pipeline* possa acarretar prejuízos ao país. Por sua vez, Ney Suassuna sustentou que a introdução do *pipeline* poderá causar, ao lado de demandas judiciais, prejuízos à pesquisa na-

cional e à indústria farmacêutica brasileira. Roberto Requião trouxe como exemplo o "arrendimento" do México, por ter admitido o *pipeline*. A posição de Suassuna foi apoiada ainda por Eduardo Suplicy. Em plenário, Benedita da Silva falou sobre o tema.

Página 4

Arruda pede apoio a emenda que ajuda os pais de alunos carentes

Proposta, que senador pretende ver incorporada à LDB, estimulará famílias a permanecerem nas pequenas e médias cidades brasileiras

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu ontem apoio para aprovar emenda que apresentará, em plenário, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), orientando os municípios a ajudarem financeiramente os pais de alunos com renda de até R\$ 150,00. Para ele, sua proposta irá garantir que permaneçam na escola milhões de crianças que hoje abandonam o ensino para trabalhar.

A emenda não foi aceita pelo relator da LDB, senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), por entender que o assunto não deve ser tratado naquela lei. Arruda pretende reapresentá-la em plenário. A proposta só determina a ajuda nos municípios com menos de 50 mil habitantes, o que estimulará os moradores das pequenas e médias cida-



Arruda

des a lá permanecerem. Arruda ponderou que o Brasil tem neste momento condições de iniciar uma verdadeira revolução educacional. Além da votação da nova LDB, o Executivo enviou ao Congresso proposta de emenda constitucional que cria instrumentos de promoção do ensino fundamental.

Suplicy insiste em ouvir o brigadeiro Ivan

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem no sentido de que as comissões encarregadas de investigar o caso Sivam possam ouvir o brigadeiro Ivan Frota.

Suplicy pediu ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente dos trabalhos das comissões, que reconsiderasse decisão que impediu o brigadeiro de prestar o depoimento.

Segundo o líder do PT, esta é a única maneira de os fatos em torno do projeto serem esclarecidos. Suplicy sugeriu que as três comissões do Sivam voltem a se reunir imediatamente para debates com a participação da sociedade.

Convênio para o Mercosul

A participação brasileira no Mercosul contará com a consultoria da Caixa Econômica Federal (CEF), que, em contrapartida, terá acesso às oportunidades de negócios surgidas no processo de integração econômica do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Convênio de cooperação técnica nesse sentido foi assinado terça-feira, no gabinete do presidente do Senado, José Sarney, pelos presidentes da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), deputado Paulo Bornhausen, e da CEF, Sérgio Cutolo.

Sarney ressaltou o papel exercido pelo Congresso des-

de a criação do Mercosul, acompanhando todos os passos do processo de integração regional.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Emília Fernandes (PTB-RS), o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Franco Montoro, e o deputado Valdir Colatto prestigiaram a cerimônia.

Cutolo assinalou a importância do convênio para que a Caixa absorva experiências vitoriosas nos países do Mercosul e amplie o universo de possibilidades empresariais à sua disposição. Bornhausen disse que o acordo é um marco na história da Comissão.

Tuma lembra os 442 anos de São Paulo

A passagem dos 442 anos de fundação da cidade de São Paulo foi destacada ontem pelo senador Romeu Tuma (PSL-SP). Segundo o senador, o lema das armas de São Paulo - "Não sou conduzido, conduzo" - traduz com exatidão os valores daquela cidade que a partir de um colégio fundado pelo padre Anchieta tornou-se a maior da América do Sul.

São Paulo também é uma cidade que se descobriu rica em heróis na luta pela independência e pela defesa da Constituição - louvou o senador paulista, enaltecendo a determinação do paulistano pelo trabalho e a mistura de raças que compõem a população da metrópole.

Senado aprova três embaixadores

Em votação secreta, o Senado aprovou na tarde de ontem mensagens presidenciais indicando os nomes de três embaixadores: Arnaldo Carrilho, para a embaixada no Reino da Tailândia; Sérgio de Souza Fontes Arruda, para a Comunidade das Bahamas, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Jamaica; e João Gualberto Marques Porto Júnior, para a República da Nicarágua.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Recebe o deputado Herculano Anguineti (PPB/MG).

10h - Preside reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

17h30 - Recebe os presidentes dos Bancos do Estado do Maranhão, Afonso Celso Pantoja, e do Estado do Pará, José Pereira e Silva.

18h - Recebe a prefeita do município de Amarante (MA), Enilde Everton de Almeida.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Pauta: Discussão, em turno único, do PLC nº 131, de 1995, que estabelece a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-Cofins; Projeto de Resolução nº 2, de 1996, que concede autorização para contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

COMISSÕES

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.265/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator.



Romero Jucá

Jucá denuncia prisão de brasileiros na Venezuela

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu ontem ao Ministério das Relações Exteriores providências para que sejam libertados sete garimpeiros presos na Venezuela. Segundo o senador, os garimpeiros estariam sendo ameaçados de morte na prisão, e teriam sido presos pela guarda venezuelana em território brasileiro.

Romero Jucá também dirigiu apelo aos ministérios da Justiça e do Exército no sentido de que, juntamente com o Itamaraty, possam agilizar ações junto ao governo da Venezuela objetivando evitar novos problemas envolvendo brasileiros que atuam nos garimpos da fronteira.

Ademir enaltece ação do governo do Amapá



Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que o governo do Amapá "deu uma demonstração de que a administração pública pode e deve ser transparente e estar voltada para os interesses da sociedade", ao realizar, no final de semana, o seminário de avaliação das ações desenvolvidas pela administração estadual. Além de secretários de Estado e dirigentes de órgãos públicos, o evento contou ainda com a presença de representantes de vários municípios, de lideranças comunitárias e políticas.

Senadores questionam papel do Banco Central

Discurso do líder do PMDB provoca pronunciamento de vários parlamentares com críticas à decisão do governo de estimular fusões

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), questionou ontem, em discurso, a política econômica do governo, principalmente por permitir ao Banco Central gastar bilhões de reais para salvar bancos em dificuldades enquanto larga à própria sorte milhões de pequenos empresários e agricultores.

"Para que serve o Banco Central? Quem pode confiar nos bancos se o BC permite que instituições financeiras publiquem balanços positivos quando sabe que elas estão em grandes dificuldades?", questionou Jáder, referindo-se ao balanço do Banco Econômico, publicado pouco antes de sofrer intervenção do Banco Central, o qual mostrou lucros e até distribuiu dividendos aos seus diretores.

Uma notícia publicada ontem pela *Gazeta Mercantil*, sob o título "ACM: Eu venci a parada", foi lida quase na íntegra da tribuna por Barbalho. Em apar-

te, Antonio Carlos Magalhães afirmou que o centro da crítica de Jáder estava correto. No entanto, assinalou que parte da notícia era criação da jornalista.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) concordou com a crítica à política econômica, mas defendeu o presidente do BC, Gustavo Loyola. Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ter recebido informação do BC de que a legislação não é clara para uma decisão sobre o momento de se decretar intervenção ou de continuar ajudando um banco.

Já Ademir Andrade (PSB-PA) lembrou que a medida provisória de ajuda aos bancos está no Congresso e até já foi reeditada. Por isso, ele acha que os parlamentares têm uma parte da responsabilidade no assunto. Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou a mesma opinião. Falaram ainda Bernardo Cabral (AM), Roberto Freire (PPS-PE) e João Rocha (PFL-TO).

ACM nega que tenha pressionado governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que, as declarações a ele atribuídas pelos jornais *Gazeta Mercantil* e *O Estado de São Paulo*, nas edições da quarta-feira, não correspondem à realidade. Segundo os jornais, o próprio senador teria admitido que pressionou o presidente da República para que promovesse a venda do Banco Econômico.

O senador afirmou que considera a deturpação de suas palavras resultado da falta de ética dos jornalistas que lhe atribuíram essas declarações.

Com o objetivo de repor a verdade dos fatos, Antonio Carlos Magalhães disse que o pre-

sidente Fernando Henrique Cardoso aceitou os quatro pontos por ele propostos para a solução da crise do Econômico: abertura de negociações para a aquisição por outro banco; ressarcimento de todos os depósitos e aplicações; manutenção do maior número possível de funcionários; e punição para os responsáveis pelos descabros financeiros e administrativos do banco.

O senador fez questão de expressar seu respeito pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e garantiu que o desejo do ministro era que outros bancos participassem da disputa, não tendo nenhum interesse a favor de qualquer instituição.

Comissão aprova pedido de informações

Reunida na manhã de ontem, sob a presidência do senador Odacir Soares (PFL-RO), a Comissão Representativa do Congresso Nacional aprovou pedidos de informações apresentados pelos deputados Milton Temer, Paulo Bernardo e Sérgio Guerra, e dirigidos aos ministros da Fazenda e do Planejamento, e ao presidente do Banco Central.

No pedido, são requisitadas informações ao Banco Central sobre as transferências de R\$ 500 milhões para o Caribe que teriam sido realizadas por Ângelo Calmon de Sá, ex-presidente do Banco Econômico. Os autores do requerimento solicitam também dados sobre o IPMF e a arrecadação do IOF.

Líder do PT compara rentabilidade

Enquanto algumas instituições financeiras quebraram, revelando enormes déficits, o maior banco privado brasileiro, o Bradesco, manteve-se dentro dos seus padrões históricos de rentabilidade, com um lucro líquido de 11,1% sobre o patrimônio de R\$ 4,4 bilhões no ano passado.

A afirmação foi feita ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comparar o desempenho daquele banco, em 1995, com o das instituições que, no mesmo exercício, entraram em crise e tiveram que recorrer ao Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer).



Antonio Carlos

Valmir Campelo cobra idéias da oposição para as reformas

Questões como déficit público, competência de governo, prosperidade e miséria estão acima do debate ideológico, segundo o senador

As ideologias são camisas-de-força da inteligência e nada têm a ver com as reformas do Estado propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, disse ontem o senador Valmir Campelo (PTB-DF). Ele concordou que é preciso ajustar a estrutura estatal à necessidade de maior eficácia e racionalidade, apoiou amplas reformas tributária e fiscal, mas considerou improdutivo debater as sob o "viés restritivo do pen-

samento ideológico".

Para o senador, a oposição "possui pessoas notáveis" que devem participar do processo de reformas com sua crítica e ação fiscalizadora, mas também com propostas alternativas. Valmir Campelo observou que não se podem qualificar de direita ou esquerda, neoliberal ou social-democrata questões como défi-



Valmir Campelo

cit público, competência de governo, prosperidade e miséria. Estes são problemas práticos cujas soluções negam quaisquer bitolas, principalmente as ideológicas, argumentou.

O programa de privatizações e a quebra dos monopólios estatais, por sua vez, não seguem rituais doutrinários, na opinião do senador.

Relação PMDB-Governo em debate

"A relação do PMDB com o governo federal é boa, e o partido mantém apoio às reformas necessárias ao Brasil". A declaração foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, depois de reunir-se, na residência oficial, com o presidente nacional do PMDB, deputado Paes de Andrade, e com os líderes do partido no Senado, Jáder Barbalho (PA), e na Câmara, Michel Temer.

Durante café da manhã, Sarney tomou conhecimento dos resultados de pesquisa nacional sobre o PMDB e discutiu também itens da pauta da convenção do partido, marcada para março. De acordo com o senador, a enquete, encomendada pelo Instituto Pedrosa Horta, revelou que o PMDB é hoje um partido com profundas raízes em todo país, dispondo das maiores bases populares.

Benedita condena pressão dos EUA

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou-se ontem contra a forma como a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) ao projeto de lei da propriedade industrial, que agora vai à deliberação do plenário.

Benedita disse que o patenteamento de microorganismos

e o *pipeline* - reconhecimento de patentes que já caíram em domínio público - são os pontos nos quais recaem as maiores pressões do governo americano sobre o Brasil.

Os EUA, segundo a senadora, querem uma legislação que conceda à sua indústria direitos superiores ao que o Gatt determina.



Júnia Marise

Júnia propõe ação contra o desemprego

A política de estabilização econômica está quebrando setores produtivos inteiros e gerando desemprego em massa. A advertência foi feita ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), ao questionar o custo social do Plano Real. Ela defendeu a criação de um programa de geração de empregos e de redistribuição de rendas no país.

- Não é mais possível que os trabalhadores sejam sacrificados em benefício do setor financeiro, que é a parcela da economia que mais tem concentrado renda nas últimas décadas - afirmou.

Júnia Marise destacou que os efeitos da política de juros elevados e de abertura comercial estão sendo dramáticos em Minas Gerais, que já assistiu ao fechamento de pelo menos 10 indústrias tradicionais. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do estado, citados pela senadora, 52 mil pessoas que trabalhavam no setor têxtil perderam o emprego.

No âmbito nacional, conforme Júnia Marise, a situação também é crítica. Mais da metade dos trabalhadores da indústria de construção civil perderam o emprego nos últimos 12 meses, totalizando 140 mil desempregados.

Ronaldo contesta Fundo de Estabilização



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou-se contra a aprovação da proposta de criação do Fundo de Estabilização

Fiscal na Comissão de Constituição e Justiça. Ele disse que os estados e municípios perdem com essa iniciativa, como já perderam na vigência do extinto Fundo Social de Emergência.

Ronaldo Cunha Lima argumentou que o direito brasileiro não permite a modificação de dispositivo constitucional cujo período de vigência, no caso o Fundo Social de Emergência, já esteja esgotado. Em sua opinião, a emenda visa alterar norma sem eficácia e pode ferir cláusula pétreia.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Afonso, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.